

COOPERATIVISMO E O COMPROMETIMENTO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL¹

COOPERATIVISM AND COMMITMENT TO SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS

Autor(es): Eloiza Andréa Moraes Silva; Fábio Luiz Búrigo.

Filiação: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

E-mail: elo_ms@hotmail.com; fabio.burigo@ufsc.br

Grupo de Trabalho (GT): GT6 - Cooperativismo, associativismo e demais ações
coletivas no meio rural

Resumo

A meta do desenvolvimento sustentável é aprimorar a qualidade de vida humana, garantindo que as gerações futuras tenham acesso aos recursos e conquistas alcançados pelas sociedades presentes. Por sua natureza e princípios, a cooperativa é uma sociedade de pessoas que atua mobilizando forças sociais e econômicas de proximidade vinculada à sua base comunitária. O sétimo princípio cooperativista defende que a cooperativa promova o desenvolvimento sustentável nas comunidades onde atua. O estudo tem por objetivo discutir o cooperativismo como agente de desenvolvimento territorial sustentável e sua interface com os ODS. Em termos metodológicos, o estudo adotou uma abordagem qualitativa e exploratória, com revisão de literatura, pesquisa documental e análise de dados de um estudo de caso realizado pelos autores junto à Cooperativa Financeira Cresol Vale Europeu. No resultado, observou-se que faltam processos educacionais que ampliem os conhecimentos das comunidades sobre os temas desenvolvimento sustentável e ODS. Essa situação faz com que mesmo realizando diversas ações comunitárias, essas iniciativas não resultam em projetos ou outras formas de mobilização coletiva em direção ao Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, cooperativa, comunidades, objetivos de desenvolvimento sustentável.

Abstract

The goal of sustainable development is to improve the quality of human life, ensuring that future generations have access to the resources and achievements achieved by present societies. By its nature and principles, the cooperative is a society of people that acts by mobilizing social and economic forces of proximity linked to its community base. The seventh cooperative principle advocates that the cooperative promotes sustainable development in the communities where it operates. The study aims to discuss cooperativism as an agent of sustainable territorial development and its interface with the SDGs. In methodological terms, the study developed a qualitative and exploratory approach, with literature review, documentary research and data analysis from a case study carried out by the authors with the Financial Cooperative Cresol Vale Europeu. In the result, it was observed that there is a lack of educational processes that

¹ Este artigo baseia-se parcialmente na dissertação da autora. Para acesso a dissertação ver:
<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229140>>.

expand communities' knowledge on sustainable development and SDG topics. This situation means that even though several community actions occur, these initiatives do not result in projects or other forms of collective mobilization towards Sustainable Territorial Development.

Key words: sustainable development, cooperative, communities, sustainable development goals.

1. Introdução

O objetivo do desenvolvimento sustentável é a manutenção e melhoria da qualidade da vida no planeta. Para isso as atuais e futuras civilizações humanas precisam construir e colocar em prática estratégias comuns para alcançar o bem-estar coletivo, tendo em conta a disponibilidade e equilíbrio dos recursos existentes. Exemplos dessas estratégias globais são as iniciativas em prol do desenvolvimento sustentável lançadas pela Organização das Nações Unidas nas últimas décadas, entre as quais se destacam a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Este trabalho busca discutir a contribuição do movimento cooperativo para o alcance dos ODS e suas metas. As cooperativas, por sua validade e essência, já causam efeito positivo na sociedade e seus princípios cooperativos se conectam de modo direto com alguns dos ODS (SANTOS; TREZ, 2021).

O regime capitalista predominante na maioria dos países foi marcado nas últimas décadas pela prevalência de ideias e práticas econômicas de natureza neoliberal. Esse ambiente estimula o desenvolvimento tecnológico e informativo de modo a se gerar e acumular crescentes margens de lucros nas transações e mercantilizar as relações sociais. Para tanto, estimula a concentração de capital e das propriedades privadas e busca exercer o controle do progresso científico. Apesar dos avanços materiais e da riqueza gerada, essa lógica entra em choque com os preceitos do desenvolvimento sustentável, pois além de dilapidar os recursos naturais, tem se mostrado incapaz de resolver os problemas da exploração de mão de obra, do desemprego e da exclusão social (POLANYI, 2000; SCHNEIDER, 2015). Este sistema também tem demonstrado suas limitações em atender aos princípios do desenvolvimento sustentável e, consequentemente, em alcançar os objetivos estabelecidos pela Agenda 2030 da ONU (SILVA; BÚRIGO, 2022). Em contraponto, as organizações cooperativistas tentam diminuir as desigualdades sociais e econômicas promovendo um acúmulo coletivo das riquezas e a democratização do poder. Para isso difunde o espírito de cooperação e incentiva a união dos associados buscando a satisfação comum e alcance de objetivos compartilhados.

As cooperativas são organizações formadas por pessoas, constituídas com o objetivo de prestar serviços aos seus associados². Podem funcionar de modo diferente das estruturas globalizantes e atuar como agentes de desenvolvimento das comunidades ao mobilizar e aplicar ações a partir de forças coletivas locais (BÚRIGO, 2007).

A partir da ação inédita dos moradores de Rochdale³, essas organizações seguem valores e princípios cooperativistas comuns. Por causa dessas orientações e por ser uma associação de membros que trabalham com objetivos comuns, as cooperativas possuem estruturas flexíveis, de modo que muitas delas conseguem se diferenciar das organizações com fins lucrativos, mesmo tendo que sobreviver dentro de ambientes capitalistas.

² Neste texto o termo “associado” é o equivalente ao termo “cooperado”.

³ Em 1844, tecelões da cidade inglesa de Rochdale criaram a Cooperativa de Rochdale (HOLYOAKE, 1933).

Os sete princípios atuais do cooperativismo são os seguintes: adesão voluntária e livre, gestão democrática pelos membros, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e, mais recentemente, o interesse pela comunidade. A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) incorporou o princípio do interesse pela comunidade em 1995. Ele especifica que “as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros” (DELFINO; LAND; SILVA, 2010, p.73). Este princípio instrui que a geração de benefícios sociais e econômicos deve ser tanto para os cooperados quanto para toda a comunidade onde a cooperativa atua (MEINEN; PORT, 2014).

O artigo tem por objetivo discutir o cooperativismo como agente de desenvolvimento territorial sustentável (ODS) e sua interface com os ODS. Em termos metodológicos, além de uma pesquisa documental e revisão de literatura sobre o tema do cooperativismo e do desenvolvimento sustentável, o trabalho resgatará algumas conclusões obtidas a partir dos resultados de um estudo de caso realizado pelos autores junto à Cooperativa Financeira Cresol Vale Europeu⁴.

Este artigo foi formulado em seis seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção é apresentada a metodologia utilizada na pesquisa. Nas duas partes seguintes é sintetizada a revisão teórica, destacando os debates sobre cooperativismo e alguns aportes preliminares sobre a questão do desenvolvimento territorial sustentável no mundo cooperativo. Na sequência, os resultados e discussões sobre o material coletado nas entrevistas exploratórias. Por fim, as considerações finais fornecem algumas reflexões sobre o papel do cooperativismo no desenvolvimento sustentável e sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tendo como base o que é pregado por seus princípios.

2. Metodologia

Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho pautaram-se pela abordagem qualitativa e exploratória. Eles estão baseados fundamentalmente na revisão da literatura, pesquisa documental, pesquisa de campo envolvendo observação participante e a realização de entrevistas com atores do cooperativismo financeiro. Durante a pesquisa de campo foram efetuadas 54 entrevistas envolvendo dirigentes, colaboradores, cooperados e atores locais que possuem algum tipo de interação com a Cooperativa Cresol Vale Europeu.

No seu conjunto, esta pesquisa foi realizada em 3 etapas. A primeira envolveu pesquisa bibliográfica e trabalho de campo de caráter exploratório. Durante esta etapa se deu preferência para analisar documentos e conhecer o cotidiano de trabalho da Cooperativa, bem como arguir preliminarmente seis dirigentes e colaboradores, visto que a intenção era mapear ações relacionadas com o interesse pela comunidade, reconhecidas pelo Sistema Cresol e executadas no dia a dia da Vale Europeu.

A segunda etapa foi subdividida em dois momentos. No primeiro foram efetuadas dezoito entrevistas com dirigentes e colaboradores da Cooperativa estudada. Uma segunda rodada de entrevistas teve objetivo entender qual a compreensão e importância dada ao sétimo

⁴ Entre 2018 e 2021, os autores participaram de um projeto de pesquisa aprovado na chamada pública CNPq/Sescoop 007/2018. O projeto tinha por objetivo estudar os programas educacionais e de formação da Cresol Vale Europeu. Nesse escopo estavam também inseridas investigações de suas ações em torno do sétimo princípio, voltadas à comunidade. Alguns resultados desse projeto estão registrados em capítulos publicados em BÚRIGO; ROVER; FERREIRA (2021). Para obter mais informações sobre esse projeto e para acessar outras publicações dos autores sobre cooperativismo ver: <https://lemate.paginas.ufsc.br/>.

princípio do cooperativismo pelos dirigentes, colaboradores, cooperados e atores externos que desenvolvem ações em parceria ou então conhecem bem a Cooperativa.

A terceira etapa contemplou a análise, interpretação e discussão dos dados coletados e redação do texto final à luz dos preceitos do DTS e sua relação com os ODS.

A Cresol Vale Europeu, com sede em Águas Mornas, está presente em mais de cem municípios, situados na região da Grande Florianópolis, Vale do Itajaí e Litoral Norte de Santa Catarina, além da região de Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro. A trajetória de constituição das cooperativas singulares fundadoras da Cresol Vale Europeu se deu entre os anos 2005 e 2010 e ocorreu de forma semelhante em quase todos os casos. Todas se caracterizaram por serem criadas em municípios onde a agricultura familiar é muito forte. Algumas destas singulares atendiam agricultores localizados em áreas de cinturão verde, e que precisavam de acesso facilitado ao crédito rural (NICOLUZZI, 2015). A sua criação contou com apoio de sindicatos e associações de agricultores e de lideranças representantes da agricultura familiar.

Com o processo de união das cooperativas singulares de Águas Mornas, Vale Europeu (Botuverá), Alto Vale, Schroeder e São João do Itaperiú, a Cresol Vale Europeu tornou-se uma das maiores cooperativas do Sistema Cresol.

3. Progressos e desafios na criação de uma parceria entre desenvolvimento sustentável e cooperativismo

Pesquisas sobre desenvolvimento indicam que o conceito não se equipara ao crescimento econômico, e que este último não constitui uma etapa necessária para que as outras dimensões da sustentabilidade possam ser abordadas. Ao contrário, ele correlaciona qualidade das relações humanas e ambiente natural e preconiza a necessidade de se conciliar evolução de valores com rejeição de processos que levam à violência contra a cultura de um povo (MONTIBELLER-FILHO, 1993). Com o tempo, acrescentaram-se as perspectivas ambiental, cultural e social na concepção de desenvolvimento humano, porém, em muitos casos mantendo a premissa de que sem crescimento econômico não se pode conseguir o bem-estar social (MARTINS; PASSADOR, 2009).

Segundo Barbosa (2008, p. 2) o termo desenvolvimento sustentável “surgiu a partir de estudos da Organização das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, como uma resposta para a humanidade perante a crise social e ambiental pela qual o mundo passava a partir da segunda metade do século XX”. De acordo com a autora, no processo preparatório a Conferência das Nações Unidas – também chamada de “Rio 92” – foi elaborado o relatório conhecido como “Nosso Futuro Comum”, no qual está exibida uma das definições mais difundidas do conceito: “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 46). A partir dessa formulação, o desenvolvimento sustentável representa uma resultante de interações indissociáveis do desenvolvimento social, econômico e da preservação ambiental.

Amartya Sen (1999), detentor do prêmio Nobel de Economia de 1998, defende uma visão que vai além das percepções que qualificam o termo desenvolvimento como sinônimo de crescimento do produto nacional bruto (PNB), aumento das rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. Para o autor, o desenvolvimento deve relacionar-se com a melhoria da qualidade de vida e das liberdades dos indivíduos. Essa ausência de

liberdades pode estar diretamente relacionada com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma alimentação saudável, de comprar um remédio, de vestir-se apropriadamente, de ter acesso a serviços de saneamento básico.

A formulação genérica de desenvolvimento sustentável precisa ganhar mais aderência e concretude no ambiente onde vivem as pessoas. Conforme Sen (1999) desenvolvimento ocorre no local onde as ações dos indivíduos – aqui podendo ser denominadas “agentes” ou “pacientes”, dependendo de suas atitudes – são praticadas. Nesse sentido, Martins e Passador (2009, p. 4) afirmam que “a vida acontece no local e cada localidade tem uma forma diferente de manifestação de vida. Portanto, não cabem mais políticas impostas de “cima para baixo”, mas geradas a partir do local, com participação popular”.

Embora estivesse presente desde os anos 1980, o primeiro grande evento que conseguiu mobilizar os dirigentes mundiais para o debate da sustentabilidade foi a Conferência das Nações Unidas de 1992, no Rio de Janeiro, e que tratou da relação entre meio ambiente e o desenvolvimento. Por meio da Agenda 21, documento aprovado no evento por 179 países, se estabeleceu uma série de compromissos a serem trabalhados até o final do século XX em relação à sustentabilidade. Este programa de ações não englobava só atitudes para a preservação do meio ambiente, mas sim ações que promovessem o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social para com os atores envolvidos nas atividades e nos locais de atuação (BARBIERI, 2007).

Em 2000, outro evento global sobre o tema do desenvolvimento sustentável procura chamar atenção da comunidade mundial para os desafios a serem enfrentados pela humanidade no novo milênio. Dessa vez, na cidade de Nova York, a Cúpula do Milênio estabelece 8 temas que deveriam ser atacados para se avançar em relação ao desenvolvimento sustentável: pobreza, educação, saúde, desigualdade entre os gêneros, mortalidade infantil e materna, além de fatores ambientais (CELENTANO; VERÍSSIMO, 2007). Nessa Conferência se estabelecem 18 metas a serem cumpridas em torno dos 8 objetivos, com o intuito de medir e orientar ações para melhorar as condições sociais, econômicas e ambientais em que se encontram pelo menos 50% da população mundial (CELENTANO; VERÍSSIMO, 2007).

Nos anos seguintes, embora tenha recebido atenção em alguns espaços de decisão e por grupos sociais mais mobilizados, a maioria das nações não deu atenção devida aos objetivos da Cúpula do Milênio, e por isso grande parte das metas estabelecidas em 2000 não foi alcançada. Nem mesmo a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2012, no Rio de Janeiro (Rio + 20), conseguiu sensibilizar os governantes e a população mundial para a gravidade da situação, e sobre a necessidade de se chegar a acordos e protocolos de ação sobre o tema do desenvolvimento sustentável.

Passados mais de uma década e meia, uma nova reunião dos líderes mundiais na sede das Organizações das Nações Unidas, em Nova York, lança um novo desafio para agenda global da sustentabilidade. Trata-se da Agenda 2030, pela qual são estabelecidos novos objetivos e novas metas do desenvolvimento sustentável. Essa agenda configura-se como uma das estratégias delineadas em nível global para direcionar as ações da humanidade para o enfrentamento das problemáticas socioambientais geradas no contexto do desenvolvimento proposto pelo modo de produção capitalista e em virtude do crescimento populacional (OLIVEIRA *et al.*, 2021, p. 13).

A Agenda 2030 é composta por 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (Quadro 1). Contempla também 169 metas a serem atingidas até 2030. Para que essas metas sejam viáveis, as ações devem ser operadas tanto numa escala mundial como local e envolver as 3 dimensões do desenvolvimento sustentável – econômico, social e ambiental – e mais o aspecto

institucional, que determina as competências necessárias para se operar os ODS (ESTRATÉGIA ODS, 2024).

Quadro 1: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

1. Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares;	10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
2. Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;	11. Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis;
3. Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;	12. Garantir padrões de produção e consumo sustentáveis;
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;	13. Tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e os seus impactos;
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;	14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
6. Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos;	15. Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação dos solos e deter a perda de biodiversidade;
7. Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos;	16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis,
8. Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos;	17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;	

Fonte: NAÇÕES UNIDAS BRASIL (2024), adaptado pelos autores.

Para agir de forma coerente com seus princípios e valores, o movimento cooperativo deve assumir responsabilidades inatas com a sustentabilidade. Sabe-se que a vocação das cooperativas em trabalhar em prol da sustentabilidade ficou ainda mais clara com a aprovação do sétimo princípio (interesse pela comunidade).

Porém, mesmo esse princípio demonstrando o potencial institucional dessas organizações para o cumprimento da Agenda 2030, no primeiro momento o movimento cooperativo não lhe deu a devida atenção (OIT; ACI, 2021). Após um período de certa indefinição, a ACI e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão ligado à ONU, resolveram organizar um documento norteador. O material da OIT e ACI ressalta que apesar de serem organizações habilitadas e essenciais para se alcançar o desenvolvimento sustentável – assinala também que muitas vezes essas organizações já desenvolvem ações nesse sentido –, nem sempre as cooperativas são proativas nos debates – nacionais e internacionais – sobre sustentabilidade (OIT; ACI, 2021). Devido ao seu potencial para contribuir com a sustentabilidade, o documento elenca igualmente diversas proposições para as cooperativas fortalecerem os ODS e impulsionar suas metas (Box 1).

Box 1: Cooperativas e Objetivos de Desenvolvimento: propostas sustentáveis.

- | | |
|-------|--|
| I. | Reduzir a pobreza: As cooperativas contribuem para reduzir a pobreza através de oportunidades econômicas orientadas para seus cooperados; democratização do crédito; capacitação do seu quadro social e defesa de seus interesses. |
| II. | Igualdade de gênero: As cooperativas estão contribuindo para a igualdade de gênero aumentando as oportunidades femininas de participar em conselhos administrativos e de desenvolver lideranças. |
| III. | Educação de qualidade e aprendizagem ao longo da vida: As cooperativas favorecem o acesso à educação de qualidade e aprendizagem, fornecendo os meios necessários para financiar a educação, apoiando professores e escolas, criando seus próprios estabelecimentos de ensino para fornecer educação de qualidade para jovens e adultos e atuando como centros de aprendizagem. |
| IV. | A saúde: As cooperativas garantem vidas saudáveis através da criação de infraestruturas para o financiamento e prestação de serviços de saúde (cooperativas médicas) |
| V. | Segurança alimentar e boa nutrição: As cooperativas contribuem para a segurança alimentar ajudando pequenos produtores (agricultores, pescadores, silvicultores, etc.) na resolução de desafios que enfrentam em suas áreas na produção de alimentos. |
| VI. | Acesso a água e saneamento: As cooperativas se tornaram atores importantes em termos de facilitação ao acesso a serviços de água potável e saneamento, compensando as deficiências dos setores públicos e privados. |
| VII. | Energia sustentável: As cooperativas de energia estão contribuindo para alcançar os objetivos de energias sustentáveis: acesso à energia, eficiência energética e redução de emissões. |
| VIII. | Criação de emprego, meios de vida e crescimento igualitário: As cooperativas desempenham um papel importante na geração de empregos e na geração de renda. |
| IX. | Gestão sustentável de recursos naturais: As cooperativas contribuem de diferentes maneiras em gerenciar recursos de forma sustentável: evita o |

- esgotamento de recursos naturais, promovem fóruns locais para as pessoas encontrarem soluções para as mudanças do meio ambiente, ajudam na definição das propriedades e direitos de uso, gestão de recursos naturais e diversificação de suas atividades econômicas com a adoção de empreendimentos ambientalmente corretos.
- X. **Governança:** As cooperativas são instrumentos de implementação de modelos democráticos de governança que ajudam nas transformações socioeconômicas. O desafio dessas instituições é na formulação de códigos de conduta para os conselhos administrativos cooperativos.
 - XI. **Promoção de sociedades estáveis e pacíficas:** Em períodos após conflitos sociais violentos, as cooperativas se tornaram fontes de capital social positivo, fomentando um forte senso de comunidade, participando da capacitação e inclusão entre seus sócios e restaurando relações interpessoais e de paz.
 - XII. **O ambiente global de apoio e recursos financeiros a longo prazo:** As cooperativas têm desempenhado um papel importante na criação de um ambiente global favorável, eliminando barreiras comerciais entre países por meio do comércio justo e outras formas de comércio alternativo, equilibrando as relações comerciais

Fonte: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (2021), adaptado pelos autores.

Observa-se que organizações cooperativistas já estão presentes em todas as áreas nas quais há menção de compromisso nos ODS. Nesse sentido, elas podem estabelecer estruturas de governança, criar mecanismos de funcionamento e realizar ações de modo intrinsecamente coerente com as suas metas, contribuindo para se alcançar o triplo resultado final da sustentabilidade (social, econômica e ambiental).

Essa posição da OIT/ACI gerou debates internos e foi repercutido pelo movimento cooperativo. Na 5ª Cúpula Cooperativa das Américas, evento realizado em 2018, na capital da Argentina, Buenos Aires, saiu um documento ratificando três compromissos do cooperativismo perante os desafios globais da sustentabilidade: 1. Compromisso cooperativo pela defesa do planeta – agregar iniciativas de economia social e solidária para a construção de formas inovadoras de produzir e consumir que possuam a garantia da sustentabilidade ambiental, social e econômica. 2. Compromisso cooperativo de inclusão financeira e democratização – operações financeiras locais que se traduzam em desenvolvimento local sustentável, delineando uma cultura financeira de autonomias nacionais e que democratiza a governança do sistema financeiro internacional. 3. Compromisso com a integração cooperativa na “Aliança Mundial para o Desenvolvimento Sustentável” (ODS n. 17) – a ideia é que o movimento cooperativo, em conjunto com os demais atores da economia social e solidária, produza a cooperação internacional em projetos empreendedores do desenvolvimento sustentável que torne possível o cumprimento da Agenda 2030 (ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL PARA AS AMÉRICAS, 2018; BUTTENBENDER *et al.*, 2020).

Em termos institucionais, esses posicionamentos confirmam que as cooperativas possuem compromissos com os ODS e são dotadas de mecanismos internos que podem impulsionar a execução das suas metas no plano territorial. Ou seja, em função das garantias dadas pelos princípios e valores cooperativistas e pela sua governança, as cooperativas, por fundamento, são aptas em colocar em prática a sustentabilidade nos territórios onde operam

(BUTTENBENDER *et al.*, 2020; PNUD BRASIL, 2021). Neste sentido, as cooperativas podem assumir um papel de destaque na concepção e participação de sistemas de governança territorial que promovam, segundo Campagne e Pecqueur (2014), a interação de atores públicos, privados e associativos. Trata-se de construir, de forma cooperada, para além das esferas das cooperativas e do movimento cooperativo, ações estratégicas de DTS.

4. O esforço coletivo e promissor entre território e desenvolvimento sustentável em prol do futuro das comunidades

A literatura contemporânea tem mobilizado o conceito de território às ações de desenvolvimento promovidas por iniciativas de atores locais, que buscam a valorização de recursos de um dado espaço geográfico (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006). As relações sociais são fundamentais na existência dos territórios. Nessa lógica, Abramovay (2010) reitera que um território não é constituído por delimitações físicas, mas sim definido pela forma como se produz, em seu interior, a interação social. “Os territórios são[...] resultantes de processos particulares de disputas, alianças e coordenação entre distintas categorias de atores sociais, os quais assumem a identificação, a criação e a valorização de recursos latentes” (CAZELLA *et al.*, 2020, p. 195).

Dallabrida (2014) qualifica o território por meio das inter-relações dos atores sociais (econômicos ou institucionais) que atuam em um local – espaço historicamente construído –, sustentados a partir de relações de poder de várias esferas (políticas, sociais, ambientais, econômicas, culturais ou religiosas), oriundas do Estado, de instituições ou indivíduos, grupos sociais ou corporativos. Anjos *et al.* (2020, p. 92) concebe o território como algo plural, ou seja, um “espaço socialmente construído, em que o desenvolvimento deve ser pensado a partir de suas diferentes dimensões, tomando como referência as relações entre os seus diferentes”. Pode-se ainda conceber um território dado, pelo qual por meio de um processo institucional e/ou socialmente reconhecido se delimita uma área geográfica administrativa, dentro da qual se implementam políticas públicas, ocorre a atuação dos agentes do estado, ou ainda se define como o espaço de ação de uma cooperativa. Num território dado podem coexistir diferentes dinâmicas por ação de atores territoriais, e que podem levar à criação dos chamados territórios construídos (BONNAL; CAZELLA; MALUF, 2008). Em outras palavras, observa-se que:

[...] num “território dado” tem-se, com maior ou menor grau de intensidade e eficiência, a intervenção de instituições e profissionais externos com o propósito de empreender operações de desenvolvimento em torno de problemas comuns ligados a grupos de atores locais (CAZELLA, 2006, p. 231).

A noção de DTS procura articular iniciativas territorializadas de atores sociais com os preceitos da sustentabilidade discutidos acima. O DTS admite que cada território percorre seu próprio processo de correlação entre atores sociais e movimentos internos distintos, que resultam em ideais particulares de desenvolvimento (VIEIRA *et al.*, 2010).

Acredita-se que o sétimo princípio do cooperativismo equivale, ou tem uma forte interface, com as formulações sobre a noção do desenvolvimento territorial sustentável. A cooperativa é “um importante instrumento de transformação social não somente para os associados, mas, também, para os diferentes enclaves sociais em que as cooperativas estão inseridas” (HOCAYEN-DA-SILVA; SILVA, 2021, p. 95). Nesse sentido, uma cooperativa ou redes de cooperativas, num processo de intercooperação, podem cumprir um papel estratégico para se conceber e favorecer a execução de projetos estratégicos de desenvolvimento na ótica

territorial, bem como auxiliar na estruturação e funcionamento de sistemas de governança territorial que promovam, segundo a formulação de Campagne e Pecqueur (2014), a interação de atores públicos, privados e associativos. Ou seja, as cooperativas possuem mecanismos que as permitem formar parcerias ou processos participativos com o objetivo de valorizar recursos territoriais específicos (CAZELLA, 2006).

Os diversos recursos oriundos de um território são componentes a serem explorados, pois são potencialmente capazes de se transformarem em elementos “em atividade” – ativos territoriais –, se assim permitirem os requisitos sociais, econômicos, políticos e culturais (CAZELLA *et al.*, 2020). Entre as iniciativas que ganham destaque em converter recursos em ativos territoriais para benefício das comunidades locais está a “Cesta de Bens e Serviços Territoriais” (CBST). Uma CBST pode ser definida “como a articulação de ações mercantis e não-mercantis entre atores locais – públicos, privados e associativos – com o propósito de criar uma oferta compósita ou heterogênea de atributos territoriais” (CAZELLA *et al.*, 2020, p. 196). Um território construído em prol do desenvolvimento sustentável requer o reconhecimento da importância conjunta de recursos territoriais específicos com a articulação entre os diferentes atores sociais na elaboração de produtos com atributos intrínsecos, podendo guiar as regiões desses atores ao desenvolvimento territorial (CAZELLA *et al.*, 2019; PECQUEUR, 2005). Nesse sentido, o referencial da CBST articula-se positivamente com a vocação das cooperativas e potencializa seu engajamento e interesse pela comunidade. A partir desse compromisso as cooperativas podem compor iniciativas que levam ao fortalecimento de atributos (produtos e serviços de qualidade, paisagens, etc.) que norteiem um processo de DTS, tendo como base a valorização dos recursos territoriais (MILANO; CAZELLA, 2021).

O tópico a seguir apresenta os resultados da pesquisa de campo realizados na Cooperativa Vale Europeu. A partir das ações da Cooperativa em torno do sétimo princípio, o trabalho procura identificar as iniciativas que possuem alguma relação com o desenvolvimento territorial sustentável existentes na área de abrangência da organização e sua relação com os ODS.

5. Resultados e discussões

A Cresol Valeu Europeu empreende iniciativas de cunho social, com o objetivo de cumprir sua responsabilidade comunitária no âmbito da responsabilidade social. Entre as ações realizadas pela Cooperativa estão iniciativas direcionadas ao aprendizado financeiro e cooperativista por jovens estudantes de escolas públicas, atendendo o ODS n. 4. Este ODS possui a finalidade de garantir uma educação de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem a todos. Além dessa ação educativa direta, a Cresol Vale Europeu também atua na comunidade por meio de capacitações efetuados em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), prefeituras e sindicatos. Essas parcerias se enquadram no ODS n.17, pois reforçam e implementam parcerias para o desenvolvimento sustentável, mesmo que essa referência não é clara para a Cooperativa estudada.

Outra parceria que a Cooperativa pratica é com a Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina. Realizado em escolas públicas das redes municipais onde a organização atua, o projeto Protetor Ambiental tem como público alvo estudantes do ensino fundamental. Durante o ano letivo eles recebem aulas semanais sobre educação ambiental e participam de ações

comunitárias, como a distribuição de mudas de árvores à população. Em alguma medida esta ação também se identifica com a ODS n.17.

Além desses processos formativos, a Cooperativa ajuda na promoção e realização de eventos comunitários e participa de campanhas sociais. Outra ação observada é o estímulo às práticas do voluntariado, principalmente de seus colaboradores. Esses são constantemente incentivados a fazer parte de associações de bairro, de conselhos pastorais da igreja ou a ajudar na organização de festas e de outros eventos comunitários.

Outra ação em parceria se dá na forma de convênios que favorecem a oferta de serviços ao seu quadro social, tais como: academias, restaurantes e universidades particulares para a concessão de descontos em suas matrículas. A Cooperativa se envolve ainda em campanhas de mobilização social e também valoriza os fornecedores locais, para estimular os mercados da região onde trabalha.

Embora voltados mais para sócios e familiares, observa-se também que a Cooperativa realiza ações de assistência social orientadas à geração de trabalho e renda por meio da oferta de cursos de qualificação das pessoas para o mercado de trabalho. Essa prática reporta-se ao ODS n.8 – trabalho decente e crescimento econômico. Ocorrem igualmente ações de incentivo à integração social, como palestras e reuniões, que estimulam a participação social de mulheres e sua inclusão em diretorias de organizações comunitárias e nos próprios conselhos diretivos da Cooperativa. Essa ação focada em aumentar a participação das mulheres na estrutura da Cresol reconhece o ODS n.5 sobre o fomento à igualdade de gênero.

Um dos parâmetros do desenvolvimento sustentável é a preservação e conservação ambiental, como já foi visto na literatura revisada. Sobre a existência de ações praticadas pela Cresol que identifique preocupação com a sustentabilidade do meio ambiente, poucas medidas foram mencionadas pelos dirigentes e colaboradores entrevistados. Entre elas foram citadas a liberação de recursos para a implantação de energia solar fotovoltaica – ODS n.7 em relação as energias renováveis -, e as orientações do técnico da ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) para a proteção das áreas de preservação permanente e o uso racional de agrotóxicos.

Essa prática relacionada à assistência técnica produzida pela Cooperativa torna possível aos seus cooperados “o desenvolvimento de competências necessárias as suas atividades laborais e para a promoção do desenvolvimento sustentável. Agindo assim, elas impulsionam o atendimento ao ODS n. 4” (OLIVEIRA, *et al.*, 2021, p. 18). A disponibilidade da presença da ATER (Empreendedorismo rural) também contempla a ODS n.12 (produção e consumo sustentáveis), a Cooperativa contribui para a segurança alimentar ajudando pequenos produtores na geração de alimentos

Os entrevistados foram unânimes em afirmar que a Cooperativa atinge direta ou indiretamente toda a comunidade com as ações que pratica. Defendem que mesmo quando essa ação é direcionada exclusivamente aos cooperados, por meio da rede de relacionamento desses associados, os resultados das ações acabam contemplando o entorno.

A investigação demonstrou que por enquanto, o que se observa em termos de desenvolvimento territorial são iniciativas pontuais, com destaque para a parceria da Cooperativa com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), com o objetivo de disponibilizar assistência técnica aos agricultores cooperados. A Cooperativa possui igualmente bom trânsito junto à Secretaria da Agricultura do Estado e tem a intenção de buscar apoio para estimular a expansão das unidades produtivas de referência em propriedades de associados, que sirvam de modelo para o desenvolvimento, sobretudo, de municípios com características rurais com marcada presença da agricultura familiar.

A maioria dos sócios argumentou também que a mudança mais significativa que a Cresol Vale Europeu promoveu nas comunidades foi facilitar o acesso ao crédito e estimular que o seu uso fosse realizado de maneira racional. É principalmente nesse sentido que todos os entrevistados consideram a Cooperativa Vale Europeu como um agente de desenvolvimento dos territórios onde está presente. A Cresol Vale Europeu, por sua identidade financeira, pratica o acesso dos seus cooperados a financiamentos com responsabilidade econômica. Grande parte do público da Cooperativa está situada em municípios de Santa Catarina com bons indicadores econômico, se comparados a outras regiões do Brasil. No entanto, sabe-se que essa situação não é homogênea e em alguns municípios a Cresol atende também direta e indiretamente comunidades e famílias de renda mais baixa, podendo assim coincidir com reconhecimento do ODS n.1 (erradicação da pobreza) e a proposição I da OIT/ACI (reduzir a pobreza), cujo discurso determina que “as cooperativas contribuem para reduzir a pobreza através de oportunidades econômicas orientadas para seus cooperados; democratização do crédito, capacitação do seu quadro social e defesa de seus interesses” (OIT; ACI, 2021).

Outro ponto destacado foi que nos últimos anos, a Cooperativa passou a estimular a filiação de pessoas jurídicas em seu quadro social. A medida permite a dotação de mais recursos de investimentos para pequenas agroindústrias e outros empreendimentos ligados ao beneficiamento, transformação e comercialização de produtos locais, gerando assim novos postos de trabalho no meio rural. A criação de novas formas de ocupação da mão de obra associada à modernização das atividades agrícolas e a expansão de atividades não agrícolas (como o agroturismo) ajuda a reduzir a penosidade do trabalho, o que atrai os jovens e gera oportunidades para as famílias agricultoras continuarem vivendo em seus territórios, diminuindo o êxodo rural.

A consulta realizada junto a atores externos presentes nas áreas de atuação da Vale Europeu, permitiu compreender melhor a visão de membros da comunidade a respeito da atuação da Cooperativa. A maioria deles ratifica a opinião dos próprios membros da Cresol, qual seja, que se trata de uma organização que tem como objetivo principal oferecer apoio financeiro ao agricultor. Porém muitos acreditam que a Vale Europeu também deveria colaborar mais para qualificar as atividades produtivas existentes nos territórios, colaborando assim com a valorização dos recursos específicos que possam existir nesses locais.

A grande maioria dos dirigentes, colaboradores e associados da Cresol Vale Europeu e os agentes externos entrevistados, demonstraram ter pouca familiaridade com o tema do DTS em termos teóricos e todos relataram desconhecer iniciativas de elaboração ou de parceria da Cooperativa na concepção de algum plano de desenvolvimento sustentável para os territórios onde atua.

Um ponto que poderá favorecer a mudança desse quadro desfavorável é o grau de articulação institucional que a Cooperativa demonstra possuir. De acordo com os dirigentes e colaboradores entrevistados, atualmente as parcerias da Cooperativa ocorrem tanto com agentes públicos quanto com organizações privadas e órgãos de fomento do cooperativismo. Certamente, todos esses laços institucionais podem colaborar para que a Cooperativa avance na concepção de iniciativas sob a ótica do DTS.

6. Considerações finais

A ênfase nos assuntos relacionados à sustentabilidade se expande com a emergência dos ODS e das novas abordagens que ressaltam que as organizações cooperativas devem promover o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atuam. Dessa forma, a formulação

genérica de desenvolvimento sustentável ganha mais aderência e concretude na vida cotidiana. Esse preceito do desenvolvimento sustentável representa uma base motivadora e um ponto de apoio para a cooperativa redirecionar seu interesse pela comunidade.

Acredita-se que o debate sobre DTS com enfoque nos ODS representa um desafio transformador para o movimento cooperativo. Uma das formas de ampliar a materialidade e fortalecer as relações de compromisso entre o cooperativismo e o desenvolvimento sustentável é vincular a noção de comunidade onde vivem as pessoas com o conceito de território. Por meio da abordagem territorial do desenvolvimento pode-se dar corpo as propostas que transformam territórios dados em territórios construídos.

Pode-se concluir que as ações comunitárias promovidas pela Cresol Vale Europeu indicam a existência de laços de compromisso entre a organização, seus cooperados e as comunidades locais. Todavia, os dados desta pesquisa apontaram que a Cooperativa ainda não estabelece um diálogo suficientemente integrado com outras organizações – órgãos estaduais de planejamento e de assistência técnica, prefeituras, ONGs, redes de agroindústrias familiares, feirantes, grupos de produtores agroecológicos, etc. – que possa representar o embrião para a construção de uma estratégia mais consistente de atuação na ótica do desenvolvimento territorial sustentável.

Considerando seu histórico organizacional e seu nível de articulação institucional, a Cooperativa Vale Europeu possui legitimidade sociopolítica junto à sua base social e perante outras organizações dos territórios para levar adiante a missão de se configurar como uma agente promotora da dimensão territorial do desenvolvimento sustentável. Apostar nesse caminho para obter outro tipo de impacto nos processos de desenvolvimento sustentável da comunidade, compreendida aqui como sinônimo de território, depende, portanto, do interesse da Cresol e das demais organizações cooperativas para aprimorar sua cultura interna, estimulando práticas e habilidades e a capacidade de reforçar parcerias nessa direção.

Sabe-se que em muitos territórios ainda não há uma articulação entre as forças sociais e econômicas, da sociedade civil e do poder público, capaz de elaborar um plano de desenvolvimento. Mas uma cooperativa bem consolidada, por sua legitimidade social e estrutura, pode atuar para criar iniciativas nesse sentido ou fortalecer a coordenação das ações já existentes em termos social, econômico e ambiental, proporcionando melhorias substanciais na qualidade de vida das comunidades atendidas. Para tanto, é vital ampliar os processos educacionais a respeito dos preceitos do ODS e do DTS e sobre a importância das cooperativas atuarem como agentes protagonistas desses processos, pois esses temas geralmente não são ainda bem compreendidos pelos atores cooperativistas e pelos agentes externos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, J-P (orgs.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil**. Subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED/Secco, p.27-47. 2010.

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL – AMÉRICAS. **Declaración final V Cumbre Cooperativa de las Américas: el cooperativismo en la hora de los desafíos globales**. Bueno Aires, 2018. Disponível em: <<http://www.aciamericas.coop/IMG/pdf/declaracionvcumbre.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2021.

- ANJOS, E. G. dos *et al.* Reflexos do cooperativismo da agricultura familiar no desenvolvimento territorial na Bahia. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 7, n. 14, p. 89–101, 2020.
- BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2 ed., 2007.
- BARBOSA, Gisele Silva. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, Macaé, 4ª ed., v. 1, n. 4, jan. / jun. 2008.
- BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; MALUF, R. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, nº 2, 2008.
- BÚRIGO, F. L. **Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte**. Chapecó: Argos, 2007.
- BUTTENBENDER, P. L. *et al.* O cooperativismo e suas prioridades internacionais e nacionais nas perspectivas do seu fortalecimento e dos ODS. **Revista Estratégia e Desenvolvimento – RED**, v. 04, n. 01, UNIPAMPA, 2020.
- CAMPAGNE, P.; PECQUEUR, B. **Le développement territorial: une réponse émergente à la mondialisation**. Paris, Ed. Charles Léopold Mayer, 2014.
- CARRIÈRE, J. P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**, Florianópolis, v.4, p. 23-48, 2006.
- CAZELLA, A. A. *et al.* O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Rural**, São Paulo - v. 16, n. 3, p. 193-206, set-dez/2020.
- CAZELLA, A. A. *et al.* A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 49-74, set. 2019. ISSN 1982-6745. doi: <https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.14118>.
- CAZELLA, A. A. Contribuições metodológicas da sócio-antropologia para o desenvolvimento territorial sustentável. **Eisforia**, v. 4, n. 4, p. 225-247. 2006.
- CELENTANO, D.; VERÍSSIMO, A. **A Amazônia e os Objetivos do Milênio**. Belém: Imazon, 2007.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, ed. 2, 1991.
- DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Desenvolvimento Territorial: políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e a Indicação Geográfica como referência**. São Paulo: Editora LiberArs, 2014.
- DELFINO, A. L.; LAND, A. G.; SILVA, W. R. A Relação entre Valores Pessoais e Organizacionais Comparados aos Princípios do Cooperativismo. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Minas Gerais, v. 1, n. 3, p. 67-80, 2010.
- ESTRATÉGIA ODS. **O que são os ODS?** Disponível em: <<https://www.estrategiaods.org.br/oque-sao-os-ods>>. Acesso em: 08 de março de 2024.
- HOCAYEN-DA-SILVA, A. J.; SILVA, A. H. Protagonismo das cooperativas na promoção dos objetivos de desenvolvimento sustentável reflexões teóricas e agenda de pesquisa. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Editora Unijuí, ano 19, n. 54, p. 83-103, jan. / mar. 2021.
- HOLYOAKE, G.J. **Os 28 tecelões de Rochdale**. (História dos probos pioneiros de Rochdale). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933.
- LIMA, F. B. C.; AREAS, P. de O. O processo de Denominação de Origem da Banana de Corupá – SC como experiência turístico-cultural. In: LAVADOSKI, J.; BRAMBILLA, A.;

- VANZELA, E. (Org). **Alimentação e Turismo**: oferta e segmentos turísticos. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019.
- MARTINS, M. M; PASSADOR, C. S. O papel da organização cooperativa no desenvolvimento de uma região: um estudo de caso de uma cooperativa de pequenos produtores de São Paulo. In: **Anais do 47º Congresso SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Porto Alegre, 2009.
- MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. **Cooperativismo financeiro**: percurso histórico, perspectivas e desafios. Brasília: Confefrás. 2014.
- MILANO, M. Z.; CAZELLA, A. A. Cooperativismo e associativismo no enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: uma análise a partir da serra catarinense. In: BÚRIGO, Fábio Luiz; ROVER, Oscar José; FERREIRA, Rodrigo García (org.). **Cooperação e desenvolvimento rural**: olhares sul americanos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021. Cap. 6. p. 105-118.
- MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável, conceitos e princípios. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 4, n. 1, UFSC, 1993.
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2024.
- NICOLUZZI, A. L. **Crédito Rural**: uma análise da evolução de suas normas baseadas nas aplicações na Cresol Águas Mornas. Monografia (graduação). Curso de Agronomia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. **Las cooperativas y los Objetivos de Desarrollo Sostenible**: Debate sobre el desarrollo después de 2015. Disponível em: <https://www.ilo.org/empent/Publications/WCMS_307228/lang--es/index.htm>. Acesso em: 10 de junho de 2021.
- OLIVEIRA, A. P. *et al.* Agenda 2030 e cooperativismo: um estudo sobre a Coopercuc no semiárido baiano. In: Souza, A. M. M. *et al.* (Org.). **Desenvolvimento do semiárido**: organizações, gestão, inovação & empreendedorismo. Vol. 2. MG: Poisson, cap. 1, p. 10 – 23, 2021.
- PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n.ºs 1 e 2, pg. 10- 22, 2005.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 349 p.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD BRASIL. **Cooperativas comprometidas com a agenda 2030**. 2020. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2020/cooperativascomprometidas-com-a-agenda-2030-.html>> Acesso em: 09 de junho de 2021.
- SANTOS, W.; TREZ, G. As práticas de sustentabilidade nas cooperativas são um reflexo de sua singularidade?. **Revista Estratégia & Desenvolvimento**, v.04, n.2, jan. 2021.
- SCHNEIDER, J.O. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. **Otra Economía**, 9(16):94- 104, 2015. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/viewFile/otra.2015.916.07/4674>>. Acesso em: 02 de abril de 2020.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SILVA, Eloiza Andréa Moraes; BÚRIGO, Fábio Luiz. A contribuição do cooperativismo no desenvolvimento sustentável. **COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO EM SANTA**

CATARINA NO CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ PARA O SUL DO BRASIL.

São Leopoldo: Oikos, p. 39-55, 2022.

VIEIRA, P. H. *et al.*, (Org.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil.**

Florianópolis, Aped/Secco, 2010.